

2ª Edição

Daniel Moreira do Patrocínio

Direito Empresarial

Teoria Geral, Direito Societário, Títulos de
Crédito, Recuperação de Empresa, Falência

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Daniel Moreira do Patrocínio

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel
Capa: Rebecca C. Ramos

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P314d

Patrocínio, Daniel Moreira do
Direito empresarial / Daniel Moreira do Patrocínio. – 2. ed. – Rio de
Janeiro: Lumen Juris, 2017.
456 p. ; 23 cm.

Bibliografia

ISBN 978-85-519-0272-1

1. Direito empresarial – Brasil. 2. Sociedades empresariais. 3. Títulos
de crédito. 4. Falência. 5. Recuperação de empresa. I. Título.

CDD 346.81065

11/12/17
Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Teoria Geral do Direito Empresarial.....	1
1.1 Evolução histórica e conceito	1
1.2 Fontes	4
1.3 Empresário e empresa	6
1.3.1 Atividades de natureza intelectual.....	9
1.3.2 Atividade intelectual como elemento de empresa	10
1.4 Registro do empresário	12
1.5 Capacidade para o exercício da atividade empresarial.....	15
1.6 EIRELI – Empresa individual de responsabilidade limitada	17
1.7 Estabelecimento Empresarial	18
1.7.1 Aviamento e clientela.....	21
1.7.2 Ponto Empresarial	23
1.8 Nome empresarial.....	27
1.9 Prepostos.....	30
1.10 Livros empresariais.....	35
1.11 Propriedade industrial	39
1.11.1 Noções gerais.....	39
1.11.2 Evolução histórica e legislação brasileira	40
1.11.3 Patente	41
1.11.3.1 Invenção e modelo de utilidade	42
1.11.3.2 Patenteabilidade	43
1.11.3.3 Direito de prioridade	44
1.11.3.4 Procedimento para concessão da patente.....	45
1.11.3.5 Vigência da patente	45
1.11.3.6 Cessão e licenças	46
1.11.3.7 Licenciamento compulsório.....	47
1.11.3.8 Extinção da patente.....	47
1.11.3.9 Empregado, empregador e o direito à patente.....	48
1.11.4 Registro	48
1.11.4.1 Marcas	49
1.11.4.2 Requisitos para a concessão do registro de marca	50

1.11.4.3	Marca de alto renome e marca notoriamente conhecida	52
1.11.4.4	Direito de prioridade	53
1.11.4.5	Legitimidade para requerer o registro de marca	53
1.11.4.6	Direitos concedidos ao titular do registro da marca	53
1.11.4.7	Prazo de vigência	55
1.11.4.8	Extinção do registro da marca.....	55
1.11.4.9	Desenho industrial	55
1.11.4.10	Legitimidade para requerer o registro de desenho industrial	56
1.11.4.11	Requisitos para concessão do registro de desenho industrial	56
1.11.4.12	Direito de prioridade.....	57
1.11.4.13	Direitos concedidos ao titular do registro de desenho industrial....	57
1.11.4.14	Prazo de vigência	58
1.11.4.15	Extinção do registro de desenho industrial.....	58
2.	Direito Societário (Parte I – Sociedades contratuais)	59
2.1	Sociedades	59
2.1.1	Sociedades de pessoas e de capitais.....	60
2.1.2	Sociedades simples e empresárias.....	62
2.1.3	Sociedades personificadas e não personificadas.....	63
2.1.4	Sociedades de responsabilidade ilimitada, limitada ou mista.....	63
2.2	Desconsideração da personalidade jurídica	64
2.3	Sociedades em espécie.....	68
2.4	Sociedades não personificadas.....	68
2.4.1	Sociedade em Comum	68
2.4.2	Sociedade em Conta de Participação	70
2.5	Sociedades personificadas	72
2.5.1	Sociedade simples	72
2.5.1.1	Do contrato social.....	74
2.5.1.2	Dos direitos e obrigações dos sócios.....	74
2.5.1.3	Deliberações.....	76
2.5.1.4	Administração	77
2.5.1.5	Atos ultra vires, excesso de poder e teoria da aparência.....	78
2.5.1.6	Responsabilidade dos administradores.....	81
2.5.1.7	Indelegabilidade do cargo e destituição.....	81
2.5.1.8	Responsabilidade dos sócios pelas obrigações da sociedade simples ..	82
2.5.1.9	Falecimento do sócio e direito de retirada	83

2.5.1.10 Exclusão do sócio.....	85
2.5.1.10.1 Exclusão judicial por justa causa.....	85
2.5.1.10.2 Exclusão judicial por incapacidade superveniente.....	85
2.5.1.10.3 Exclusão de pleno direito.....	86
2.5.1.10.4 Liquidação da quota.....	86
2.5.1.11 Dissolução.....	88
2.5.2 Sociedade em Nome Coletivo.....	89
2.5.3 Sociedade em Comandita Simples.....	90
2.5.4 Sociedade Limitada.....	92
2.5.4.1 Noções gerais.....	92
2.5.4.2 Responsabilidade limitada dos sócios pelas obrigações sociais.....	92
2.5.4.3 Regência supletiva.....	94
2.5.4.4 Quotas sociais.....	94
2.5.4.5 Administração.....	97
2.5.4.6 Conselho Fiscal.....	99
2.5.4.7 Deliberações dos sócios.....	100
2.5.4.8 Aumento do capital social.....	105
2.5.4.9 Redução do capital social.....	106
2.5.4.10 Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários.....	107
2.5.4.11 Da dissolução.....	108
2.5.5 Liquidação.....	108
3. Direito Societário (Parte II – Sociedades por ações).....	111
3.1 Sociedade anônima.....	111
3.1.1 Evolução histórica.....	111
3.1.2 Noções gerais. Características.....	112
3.1.3 Capital Social.....	113
3.1.4 Companhias Abertas e Fechadas.....	114
3.1.5 Valores Mobiliários.....	116
3.1.5.1 Ações.....	116
3.1.5.1.1 Ações ordinárias.....	117
3.1.5.1.2 Ações preferenciais.....	117
3.1.5.1.3 Ações de fruição.....	119
3.1.5.1.4 Classe de ações.....	119
3.1.5.1.5 Ações nominativas registradas e nominativas escriturais.....	120
3.1.5.1.6 Valor das ações.....	121

3.1.5.1.7 Diluição da participação societária x diluição do valor patrimonial das ações.....	123
3.1.5.1.8 Indivisibilidade das ações e negociação com as próprias ações.....	124
3.1.5.1.9 Constituição de direitos reais e outros ônus	126
3.1.5.1.10 Regate, amortização e reembolso	126
3.1.5.2 Partes beneficiárias.....	128
3.1.5.3 Debêntures.....	129
3.1.5.3.1 Noções gerais.....	129
3.1.5.3.2 Vencimento, amortização e resgate	129
3.1.5.3.3 Dos direitos conferidos aos debenturistas	130
3.1.5.3.4 Espécies	131
3.1.5.3.5 Emissão	131
3.1.5.3.6 Agente fiduciário.....	132
3.1.5.3.7 Assembleia de debenturistas	133
3.1.5.4 Bônus de subscrição	134
3.1.6 Constituição da companhia.....	135
3.1.6.1 Constituição mediante subscrição pública	135
3.1.6.2 Constituição por subscrição particular.....	136
3.1.6.3 Formalidades complementares	136
3.1.7 Acionista.....	137
3.1.7.1 Noções gerais.....	137
3.1.7.2 Dever de integralizar e o acionista remisso	138
3.1.7.3 Direitos essenciais.....	139
3.1.7.4 Direito de voto.....	141
3.1.7.5 Abuso do direito de voto e conflito de interesses.....	141
3.1.7.6 Acionista controlador.....	142
3.1.8 Acordo de acionistas.....	146
3.1.8.1 Noções gerais	146
3.1.8.2 Espécies de acordo de acionistas	147
3.1.8.3 Execução específica e autotutela do acordo.....	149
3.1.9 Assembleia Geral	151
3.1.9.1 Noções gerais.....	151
3.1.9.2 Convocação.....	153
3.1.9.3 Quorum de instalação.....	153
3.1.9.4 Quorum de deliberação.....	154

3.1.9.5 Ata da assembleia.....	156
3.1.9.6 Assembleia Geral Ordinária.....	156
3.1.9.7 Assembleia Geral Extraordinária	157
3.1.9.8 Acionista dissidente	157
3.1.10 Administradores.....	159
3.1.10.1 Conselho de Administração.....	160
3.1.10.1.1 Composição.....	160
3.1.10.1.2 Voto múltiplo.....	161
3.1.10.1.3 Eleição em separado.....	161
3.1.10.1.4 Competência.....	162
3.1.10.2 Diretoria.....	162
3.1.10.2.1 Composição	162
3.1.10.2.2 Representação	163
3.1.10.3 Deveres dos administradores	163
3.1.10.4 Responsabilidade dos administradores	165
3.1.10.5 Ação de responsabilidade	168
3.1.11 Conselho Fiscal	170
3.1.12 Modificação do Capital Social	172
3.1.12.1 Noções gerais.....	172
3.1.12.2 Intangibilidade do capital social.....	173
3.1.12.3 Aumento do capital social.....	173
3.1.12.4 Direito de preferência	174
3.1.12.5 Redução do capital social	175
3.1.13 Demonstrações financeiras	176
3.1.13.1 Lucro	177
3.1.13.2 Reservas.....	177
3.1.13.3 Dividendos	178
3.1.14 Dissolução, Liquidação e Extinção.....	179
3.1.14.1 Dissolução.....	179
3.1.14.2 Liquidação	180
3.1.14.3 Extinção	181
3.1.15 Sociedade de economia mista	182
3.1.16 Subsidiária integral.....	182
3.1.17 Alienação do poder de controle	183
3.1.18 Prazos de prescrição	184
3.2 Sociedade em comandita por ações.....	186

4. Direito Societário (Parte III – Operações societárias e contratos associativos)	189
4.1 Transformação, incorporação, fusão e cisão	189
4.1.1 Transformação	189
4.1.2 Incorporação, Fusão e Cisão	190
4.1.2.1 Incorporação	191
4.1.2.2 Fusão.....	191
4.1.2.3 Cisão	192
4.1.2.4 Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão	193
4.2 Grupo de sociedades.....	194
4.3 Consórcio	195
5. Títulos de Crédito	199
5.1 Noções gerais.....	199
5.2 Importância econômica	200
5.3 Princípios	200
5.3.1 Literalidade	201
5.3.2 Cartularidade ou incorporação.....	201
5.3.3 Autonomia.....	202
5.3.4 Abstração.....	203
5.3.5 Inoponibilidade de exceções pessoais	203
5.4 Declarações cambiais.....	205
5.5 Devedores cambiais	206
5.6 Solidariedade civil x Solidariedade cambial	206
5.7 Classificação dos títulos de crédito	207
5.8 Títulos de crédito no código civil	209
5.9 Letra de câmbio	209
5.9.1 Requisitos	210
5.9.2 Saque	211
5.9.3 Aceite.....	212
5.9.4 Endosso	214
5.9.4.1 Endosso x Cessão Civil.....	217
5.9.5 Aval.....	218
5.9.6 Vencimento.....	222
5.9.7 Pagamento.....	222
5.9.7.1 Pro soluto x pro solvendo.....	223

5.9.8 Protesto.....	225
5.10 Ação Cambial.....	227
5.10.1 Prescrição.....	228
5.10.2 Defesas Cambiais.....	230
5.11 Nota promissória.....	232
5.12 Cheque.....	234
5.12.1 Espécies de cheque.....	235
5.12.2 Prazo para apresentação.....	236
5.12.3 Prazo para liquidação.....	237
5.12.4 Cheque pós-datado (pré-datado).....	238
5.12.5 Sustação.....	239
5.12.6 Protesto do cheque.....	240
5.12.7 Ações cambiais do cheque.....	240
5.13 Duplicatas.....	242
5.13.1 Características.....	243
5.13.2 Espécies de duplicata.....	244
5.13.3 Requisitos.....	245
5.13.4 Remessa para aceite.....	245
5.13.5 Aceite na duplicata.....	247
5.13.6 Endosso.....	248
5.13.7 Aval.....	249
5.13.8 Vencimento.....	249
5.13.9 Protesto.....	249
5.13.10 Desmaterialização das duplicatas.....	251
5.13.11 Prescrição.....	252
5.13.12 Duplicata simulada.....	253
6. Recuperação de Empresas e Falência.....	255
6.1 Introdução.....	255
6.2 Os desafios da legislação recuperatória e falimentar.....	256
6.3 Histórico legislativo brasileiro.....	257
6.4 Destinação legal.....	260
6.5 Empresários que não se sujeitam ao regime da Lei n. 11.101 de 2005.....	261
6.6 O Juiz e o Ministério público.....	262
6.7 Administrador judicial.....	264
6.7.1 Nomeação.....	264

6.7.2 Atribuições	264
6.7.2.1 Atribuições comuns ao processo de falência e de recuperação	265
6.7.2.2 Atribuições específicas na recuperação judicial	266
6.7.2.3 Atribuições específicas na falência	266
6.7.3 Remuneração	267
6.7.4 Substituição.....	268
6.7.5 Impedimentos	268
6.7.6 Responsabilidade	269
6.8 Assembleia geral de credores	269
6.8.1 Atribuições	269
6.8.2 Convocação.....	270
6.8.3 Instalação	271
6.8.4 Representação.....	272
6.8.5 Ata	273
6.8.6 Direito de voto	273
6.8.7 Mutabilidade da lista de credores x Invalidação da assembleia geral de credores	273
6.8.8 Mutabilidade da lista de credores x Suspensão da assembleia geral de credores.....	274
6.8.9 Credores sem direito de voto	276
6.8.10 Abuso do direito de voto	276
6.8.11 Fraude à lei.....	284
6.8.12 Classes	286
6.8.13 Quoruns de deliberação.....	287
6.8.13.1 Apreciação do plano de recuperação judicial.....	288
6.8.13.1.1 Aprovação do plano de recuperação por todas as classes de credores (art. 45 da LREF)	288
6.8.13.1.2 Cram down – Quorum alternativo para aprovação do plano de recuperação (art. 58, § 1º da LREF)	291
6.8.13.2 Eleição dos membros do Comitê de Credores	294
6.8.13.3 Forma alternativa de realização do ativo	294
6.9 Comitê de credores	295
6.9.1 Constituição e composição	295
6.9.2 Atribuições	295
6.9.3 Remuneração	296
6.9.4 Impedimentos	296

6.9.5 Responsabilidade	296
6.10 Verificação de créditos	297
6.10.1 Etapa extrajudicial	298
6.10.1.1 Habilitações e divergências.....	298
6.10.1.2 Lista provisória de credores	300
6.10.2 Etapa judicial	300
6.10.2.1 Impugnação de crédito.....	300
6.10.2.2 Credor retardatário	303
6.10.2.3 Recurso e o Quadro Geral de Credores – QGC	305
6.11 Recuperação judicial.....	306
6.11.1 Princípios do processo de recuperação judicial de empresas.....	307
6.11.1.1 Superação da crise econômico-financeira.....	308
6.11.1.2 Manutenção da fonte produtora e preservação da empresa.....	312
6.11.1.3 Manutenção dos empregos dos trabalhadores	314
6.11.1.4 Tutela dos interesses dos credores.....	316
6.11.1.5 Função social da empresa	320
6.11.1.6 Estímulo à atividade econômica	323
6.11.2 Legitimidade ativa.....	326
6.11.3 Créditos alcançados pela recuperação judicial	328
6.11.4 Manutenção do direito de crédito em face dos garantidores	332
6.11.5 Meios de recuperação judicial	335
6.11.6 Pedido de recuperação.....	339
6.11.7 Processamento da recuperação judicial	341
6.11.8 Da competência do juízo da recuperação da empresa	345
6.11.9 Empresa em recuperação e assistência judiciária.....	349
6.11.10 Plano de recuperação.....	350
6.11.11 Apreciação do plano de recuperação pelos credores.....	352
6.11.12 Certidões tributárias e concessão da recuperação judicial.....	353
6.11.13 Sentença concessiva da recuperação judicial.....	355
6.11.14 Cumprimento do plano de recuperação.....	355
6.11.15 Gestor judicial	356
6.11.16 Encerramento da recuperação judicial.....	358
6.11.17 Plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte	358
6.11.18 Convolação da recuperação judicial em falência	360
6.12 Falência.....	363

6.12.1	Princípios do processo de falência.....	364
6.12.1.1	Preservação e utilização ótima dos fatores de produção.....	364
6.12.1.2	Celeridade e economia processual.....	365
6.12.2	Universalidade e indivisibilidade do juízo da falência.....	366
6.12.3	Vencimento antecipado das obrigações do falido	368
6.12.4	Responsabilidade dos sócios na falência da sociedade empresária.....	369
6.12.5	Credores extraconcursais	371
6.12.6	Credores concursais	372
6.12.6.1	Trabalhista	372
6.12.6.2	Com garantia real	374
6.12.6.3	Tributário.....	375
6.12.6.4	Com privilégio especial.....	376
6.12.6.5	Com privilégio geral.....	377
6.12.6.6	Quirografários.....	378
6.12.6.7	Subquirografários	378
6.12.6.8	Subordinados	378
6.12.7	Do pedido de falência – Procedimento e hipóteses de cabimento.....	379
6.12.7.1	Impontualidade (art. 94, inciso I da LREF).....	380
6.12.7.2	Execução frustrada (art. 94, inciso II da LREF)	382
6.12.7.3	Atos falência (art. 94, inciso III da LREF)	385
6.12.7.3.1	Liquidação precipitada de ativos.....	385
6.12.7.3.2	Realização de negócio simulado	385
6.12.7.3.3	Transferência do estabelecimento empresarial a terceiro	386
6.12.7.3.4	Transferência simulada do principal estabelecimento.....	386
6.12.7.3.5	Concessão de garantia real a credor	386
6.12.7.3.6	Abandono de estabelecimento	387
6.12.7.3.7	Descumprimento do plano de recuperação	388
6.12.8	Procedimento do processo de falência	388
6.12.8.1	Petição inicial.....	389
6.12.8.1.1	Autofalência	389
6.12.8.1.2	Falência requerida pelo credor	390
6.12.8.2	Das defesas no processo de falência	391
6.12.8.3	Depósito elisivo.....	394
6.12.8.4	Legitimidade para requerer falência.....	395
6.12.8.4.1	Autofalência	395
6.12.8.4.2	Legitimados para requerer a falência do empresário	396

6.12.8.5 Sentença falimentar	397
6.12.8.6 Termo legal da falência	398
6.12.8.7 Providências determinadas pela sentença	398
6.12.8.8 Recursos cabíveis	401
6.12.8.9 Indenização em caso de improcedência do pedido de falência	401
6.12.9 Inabilitação empresarial	402
6.12.10 Direitos e deveres do falido	402
6.12.11 Da arrecadação e da custódia de bens	404
6.12.12 Pedido de restituição e embargos de terceiro	405
6.12.13 Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor.....	407
6.12.14 Efeitos da falência em relação aos contratos do falido.....	408
6.12.15 Mandatos outorgados pelo falido.....	410
6.12.16 Contas correntes bancárias	410
6.12.17 Compensação na falência	410
6.12.18 Contratos de sociedade	410
6.12.19 Juros incidentes sobre as dívidas do falido.....	411
6.12.20 Ineficácia e revogação de atos do falido.....	412
6.12.20.1 Atos ineficazes (artigo 129 da LREF).....	413
6.12.20.1.1 Atos praticados dentro do termo legal.....	413
6.12.20.1.2 Atos praticados no período de 2 anos anteriores à decretação da falência	414
6.12.20.1.3 Ato ineficaz independentemente do aspecto temporal.....	414
6.12.20.1.4 Atos praticados após a decretação da falência.....	416
6.12.20.1.5 Da declaração da ineficácia.....	416
6.12.20.2 Atos revogáveis (artigo 130 da LREF)	416
6.12.20.3 Procedimento.....	418
6.12.21 Realização do Ativo	418
6.12.22 Pagamento aos credores	421
6.12.23 Encerramento da falência	423
6.12.24 Extinção das obrigações do falido.....	424
6.13 Recuperação extrajudicial.....	425
6.13.1 Créditos excluídos da recuperação extrajudicial.....	426
6.13.2 Procedimento da recuperação extrajudicial	426
6.13.3 Processamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	428
Referências bibliográficas.....	431